



Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/10

PROCESSO DE COMPRA Nº 225/09 – PREGÃO ELETRÔNICO

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, daqui em diante designado meramente TRT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado por seu Diretor-Geral de Coordenação Administrativa, Evandro Luiz Michelon, portador da Carteira de Identidade RG nº 19.948.491-0 e do CPF/MF 107.974.688-97, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por delegação de competência, pela Portaria GP 06/2008, artigo 1º, inciso XXVII, publicada no DOE - Poder Judiciário - de 11/02/2008, em conformidade com o resultado do Processo de Compra nº 225/09 – Pregão eletrônico - SRP, resolve, nos termos da lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da lei nº 10.520/02 e do decreto nº 3.931/2001, **REGISTRAR OS PREÇOS** para eventual aquisição de mesas para microcomputador e escrivaninhas da empresa doravante designada **FORNECEDOR**, em conformidade com o edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem.

FORNECEDOR

Grif Aplicação e Decoração Ltda, com sede na Rua Segundinho Gomes, nº 102, Parque Industrial Tanquinho, em Ribeirão Preto/SP, CEP 14075-690, inscrita no CNPJ nº 65.725.129/0001-02, fone: (16) 2132-1600, fax: (16) 2132-1622, e-mail: grif@grifnet.com.br, neste ato representada pelo Sr. Pedro Íris Pontes, portador da Carteira de Identidade nº 6.721.720-SSP/SP e do CPF nº 742.990.268-53.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de mesas para computador e escrivaninhas, destinadas a atender a demanda das Unidades Judiciárias e Setor do Almoxarifado deste E. Tribunal, conforme descrição, preço, e demais especificações constantes do Anexo “A” a este instrumento – Preço Registrado e FORNECEDOR.

Parágrafo Único - A existência de preços registrados não obriga o TRT a adquirir os mobiliários, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

2.1. Sempre que julgar necessário, o TRT solicitará, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, o fornecimento do mobiliário registrado, na quantidade que for preciso, mediante Nota de Empenho.

2.1.1. A Nota de Empenho será enviada por meio eletrônico ou fac-símile ao FORNECEDOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o FORNECEDOR não possua e-mail ou aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada no Serviço de Compras, situado na rua Dr. Quirino, 1.080, 2º andar, Centro, Campinas-SP, no prazo de 1 (um) dia a partir da convocação.

2.1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo FORNECEDOR durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT.



Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

2.1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular do FORNECEDOR perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – PGFN/RFB) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CEF), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

2.2. A entrega dos mobiliários deverá ser efetuada em dia de expediente normal, das 11h00 às 17h00; no Setor de Almoxarifado do TRT, situado na Rua Ângela Signore Grigol, nº 5, Barão Geraldo, Campinas/SP, acompanhados da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura(s), no prazo estipulado neste Registro de Preços e nas quantidades indicadas por meio da Nota de Empenho.

2.3. O FORNECEDOR obrigará-se a realizar a **entrega dos mobiliários no prazo máximo de 30 (trinta) dias** a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

2.4. O FORNECEDOR obrigará-se a fornecer garantia aos mobiliários, conforme Anexo “B” a esta Ata, sendo **prazo de garantia de, no mínimo, 05 (cinco) anos contra qualquer defeito de fabricação, incluindo avarias no transporte até o local de entrega e montagem, e, no mínimo, 10 (dez) anos no caso dos revestimentos e das cores**, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

3.1. Não poderá ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, nem mesmo durante a vigência da garantia dos mobiliários, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, desde que previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.

3.2. Responsabilizar-se pela qualidade do mobiliário entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

3.3. Não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes de ocupantes de cargo de direção e assessoramento, de membros, juízes ou desembargadores vinculados ao TRT, conforme disposto no item 12.6 do edital.

3.4. Nomear um preposto para representá-lo durante o período de vigência desta Ata.

3.5. Comunicar quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas as certidões de regularidade.

CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR – O FORNECEDOR será responsabilizado civil e administrativamente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos mobiliários adquiridos.



Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

5.1 O recebimento provisório ocorrerá, no ato da entrega dos mobiliários, de acordo com todas as especificações constantes do edital, acompanhados da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura(s), quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

5.2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis a partir da entrega dos mobiliários, acompanhados da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura(s), cuja conferência e atestação serão feitas pela Comissão de Recebimento de Material Permanente e Expediente deste E. TRT.

5.2.1. Poderão ser reavaliadas novas amostras, retiradas dos lotes de fabricação do FORNECEDOR, por meio de análises e ensaios específicos, que permitirão verificar a fidelidade da fabricação em relação às amostras iniciais, ficando o recebimento definitivo condicionado à apreciação das amostras.

5.2.2. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, não podendo o FORNECEDOR, em nenhuma hipótese, interromper os demais fornecimentos eventualmente pendentes, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

5.3. O pagamento será efetuado pelo Serviço de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos mobiliários, conforme dispõe o artigo 73 da Lei nº 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo FORNECEDOR no processo licitatório, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

5.4. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente do FORNECEDOR, refere-se aos trâmites interbancários.

CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

6.1. O FORNECEDOR que, injustificadamente, não apresentar documentação exigida para o certame, apresentar declaração falsa, não assinar a Ata de Registro de Preços, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajustado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta ata e das demais cominações legais.

6.2. Salvo a existência de motivo expressamente justificado e aceito, a inexecução total ou parcial do ajustado ensejará sua rescisão pela Administração, pelos motivos, na forma e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88 do mesmo instituto legal.

6.3. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos mobiliários entregues em atraso, a partir do último dia do prazo definido nesta Ata, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);



Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

7 a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento).

6.4. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

6.5. A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula não impede que o TRT rescinda unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002.

6.6. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

6.7. Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos mobiliários em até 10 (dez) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão do ajustado.

6.8 A rescisão do ajustado por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos mobiliários, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do mobiliário não entregue.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO - Constituem motivos para a rescisão deste ajuste as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízos das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA - O prazo de vigência da presente Ata é de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Diretora do Serviço de Material e Patrimônio, designada gestora da presente ata.

CLÁUSULA DEZ: DAS OBRIGAÇÕES DO TRT- O TRT se compromete a dar plena e fiel execução à presente Ata, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar o pagamento no prazo estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA ONZE: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - A presente despesa fica condicionada à Lei Orçamentária n.º 12.214, de 26/01/2010, publicada no DOU de 27/01/2010 e no exercício subsequente correrá por conta da dotação consignada para atender as obrigações de mesma natureza, assim classificada:

- 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho;
- 4490.52 - Equipamento e Material Permanente;
- 42 - Mobiliário em Geral.

CLÁUSULA DOZE: DO PREÇO - Os preços (valores unitários) dos mobiliários a serem fornecidos são os contantes no anexo a este instrumento.

Parágrafo Único – Já estão incluídas no valor constante no *caput* desta cláusula todas as despesas de transporte, embalagens, impostos, contribuições, seguros, e quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes desta Ata.

CLÁUSULA TREZE: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS – As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.



Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

Parágrafo Único – Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento – AR”, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

CLÁUSULA QUATORZE: DAS TRANSFORMAÇÕES DO FORNECEDOR E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO DA ATA – Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, a presente Ata poderá ser mantida com o FORNECEDOR, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- 1) O FORNECEDOR remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculada esta Ata, em especial as regularidades estabelecidas no item 1 da cláusula 1:2 (apresentação de certidões do FGTS e da Secretaria da Receita Federal do Brasil);
- 2) A empresa seja beneficiária da cessão ou transferência também em decorrência das hipóteses de transformação previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993; e
- 3) Não se verifique fraude à licitação.

CLÁUSULA QUINZE: DA COMPATIBILIDADE – O FORNECEDOR assume, no ato da assinatura deste instrumento, o compromisso de manter, durante toda a execução desta Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DO FORO – Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas, 15 de março de 2010.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
EVANDRO LUIZ MICHELON

TRT

Pedro Iris Pontes

GRIF APLICAÇÃO E DECORAÇÃO LTDA

PEDRO ÍRIS PONTES
FORNECEDOR



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 032/10

PROCESSO DE COMPRA Nº 225/09 – PREGÃO ELETRÔNICO

PREÇO REGISTRADO E FORNECEDOR

Fornecedor: Grif Aplicação e Decoração Ltda

<i>Item</i>	<i>Descrição</i>	<i>Qtde.</i>	<i>Vi. Unit.</i>
2.1	Mesa para microcomputador Tipo I (marfim, argila), marca Grif	70 un.	529,56
2.2	Mesa para microcomputador Tipo II (marfim, argila), marca Grif	150 un.	539,28
2.3	Mesa para microcomputador Tipo III (marfim, argila), marca Grif	70 un.	549,52
2.4	Escritivaninha funcional (marfim, argila), marca Grif	280 un.	316,33
Valor total: R\$ 245.000,00			
Prazo de entrega: 30 (trinta) dias, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.			
Prazo de garantia, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal: 05 (cinco) anos contra qualquer defeito de fabricação, incluindo avarias no transporte até o local de entrega e montagem, e 10 (dez) anos no caso dos revestimentos e das cores.			
Local de entrega: Setor de Almoxarifado			
Validade da ata: 14/03/11.			



Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

ANEXO "B" À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 032/10

PROCESSO DE COMPRA Nº 225/09 – PREGÃO ELETRÔNICO

TERMO DE GARANTIA

1. Pelo presente termo, o FORNECEDOR Grif Aplicação e Decoração Ltda, por seu representante legal abaixo assinado, GARANTE ao TRT da 15ª Região, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a prestação dos serviços de manutenção (balcão) dos mobiliários descritos e caracterizados no anexo I do Edital do Processo de Compra nº 225/09, contra qualquer defeito de fabricação que venham a apresentar, incluindo avarias de transporte até o local de entrega e montagem, mesmo depois de ocorrida a aceitação /aprovação pelo TRT. No caso dos revestimentos e das cores, a garantia deverá ser de 10 (dez) anos.
2. Os prazos a que se refere o item "1" iniciam-se a partir do recebimento definitivo dos mobiliários, observado o item 3 a seguir.
3. Os mobiliários serão recebidos:
 - a) Provisoriamente, no ato de entrega dos mobiliários, devidamente acompanhados da respectiva nota fiscal ou nota fiscal/fatura, quando será emitido termo de recebimento provisório, nos termos do artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993; e
 - b) Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos mobiliários, acompanhados da respectiva nota fiscal ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pela Comissão de Recebimento de Material Permanente e Expediente do TRT.
4. Durante o período de garantia, o FORNECEDOR deverá:
 - 4.1 Manter os mobiliários em condições normais de uso, prestando manutenção corretiva (balcão).
 - 4.2 Fornecer a seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à limpeza ou à manutenção dos mobiliários.
 - 4.3 Usar mão-de-obra capacitada, agrupando permanentemente uma equipe homogênea e suficiente de técnicos, que assegurem a execução integral dos serviços no prazo convencionado, com a qualidade que os mobiliários exigem.
 - 4.4 Ter no mínimo 01 (um) representante comercial em cada circunscrição, o qual poderá receber o mobiliário com defeito durante o período de garantia.
 - 4.5 Terminar o reparo dos mobiliários no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado a partir da comunicação.
 - 4.6 Utilizar peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários, originais, admitindo-se substituição por similar de boa qualidade, apenas quando o FORNECEDOR não visar à redução de custos para si e houver justificativa escrita prévia, fundamentada e aceita pelo TRT da 15ª Região.
 - 4.7 Substituir temporariamente, por outros idênticos ou superiores de sua propriedade, os



Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

mobiliários cuja execução dos reparos demorem além do tempo máximo convencionado no subitem 4.5 (setenta e duas horas a partir da comunicação). A substituição referida deverá ocorrer imediatamente após o técnico detectar que o reparo excederá o prazo estabelecido.

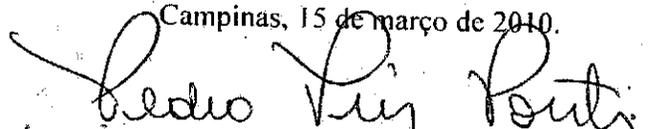
5. A comunicação do defeito será feita no balcão do FORNECEDOR, comprometendo-se este e o TRT da 15ª Região a manterem registros, onde constem sua data e hora, nome do servidor do TRT da 15ª Região que fez a comunicação, nome do empregado do FORNECEDOR que a receber, e uma descrição resumida dos reparos

6. O não cumprimento do prazo estipulado no item “4.5” acima, dentro do período de garantia, sujeitará o FORNECEDOR à multa de 0,05% (cinco centésimo por cento), por hora de atraso, calculado sobre o valor do mobiliário defeituoso, até a efetiva prestação da garantia.

7. Se não ocorrer a prestação da garantia, ou não for sanado o vício do mobiliário para o qual fora solicitado conserto, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar do termo final a que se refere o item “4.5” acima, a critério do TRT da 15ª Região, o FORNECEDOR fica obrigado, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento-AR”, a substituí-lo por outro de mesma espécie, em perfeitas condições de uso, ou a restituir o valor por ele pago, monetariamente atualizado, sob pena de sua inscrição em Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais. Excetua-se da garantia a substituição dos mobiliários ou materiais quando comprovadamente o defeito for causado por má utilização.

8. As multas eventualmente aplicadas serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento-AR”. Na ausência de pagamento, as multas serão inscritas em Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

Campinas, 15 de março de 2010.


GRIF APLICAÇÃO E DECORAÇÃO LTDA
PEDRO ÍRIS PONTES
FORNECEDOR